



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE FRADES

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 1/2022

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE FRADES REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2022

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois, reuniu em sessão ordinária, previamente convocada, a Assembleia Municipal de Oliveira de Frades, no salão nobre do edifício dos Paços do Município, sob a presidência de Fernanda Maria de Jesus Lopes Baltazar Costa, em substituição do Presidente da Mesa, José Augusto Rosa Bastos, de acordo com o n.º 2, do artigo 23.º do Regimento da Assembleia Municipal de Oliveira de Frades, tendo como primeira secretária Elvira Maria Azevedo Baptista Dias, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.-----
- A. APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR.-----
- B. CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA E INFORMAÇÕES.-----
- C. PERÍODO DE INTERVENÇÕES.-----
2. APRECIÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL.-----
3. NOMEAÇÃO DE AUDITOR EXTERNO.-----
4. 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO 2022.-----
5. 1.ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2022-2025.-----
6. EMPRÉSTIMO BANCÁRIO A MÉDIO E LONGO PRAZO:-----
- AUTORIZAÇÃO DA FINALIDADE;-----
- AUTORIZAÇÃO DA CONTRATACÃO.-----
7. DESPACHO DE NOMEAÇÃO DE DOIS CONSELHEIROS LOCAIS PARA A IGUALDADE - CONHECIMENTO.-----
8. DESPACHO DE NOMEAÇÃO DE ELEMENTOS PARA INTEGRAR A EQUIPA PARA A IGUALDADE NA VIDA LOCAL – CONHECIMENTO.-----
9. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.-----

Substituído o Presidente da Mesa e a Primeira Secretária, nos termos do Regimento, conforme supramencionado, a **Presidente da Mesa** propôs, se não houvesse nada contra, para segundo secretário Jorge Manuel Mamede Soares, o que foi aceite.-----

PRESENCAS

Assinaram a “*Lista de Presenças*”, para além dos mencionados, os seguintes Membros da Assembleia Municipal:-----

Pela Lista “*Todos Por Oliveira de Frades (PPD/PSD.CDS-PP)*”: José Manuel Batista, Fernando Estêvão Almeida Jesus Farreca, Abel Joaquim Tavares Dias e António Manuel Lopes Tavares.-----

Pela Lista “*Nós, Cidadãos (NC)*”: Mário do Carmo Pereira, Anabela Maria Moreira Dias, Armando José Sacramento Alves, Carlos Manuel Moitas Azevedo Maia e Cristina Maria da Silva Correia.-----

Pela Lista “*Partido Socialista (PS)*”: Ana Lúcia Fontes Nogueira.-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE FRADES

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Os Presidentes de Junta de Freguesia de: Arcozelo das Maias – Porfirio Fernandes da Silva; Pinheiro – Filipe Rodrigues Fernandes Antunes; Ribeiradio – Hélder Miguel da Silva Costa; São João da Serra – Luís Manuel Rodrigues Dias; São Vicente de Lafões – Nuno Joaquim de Almeida Pinhão; União das Freguesias de Arca e Varzílias – Simão Viegas da Silva; União das Freguesias de Destriz e Reigoso – Carlos Manuel Ferreira de Lima e União das Freguesias de Oliveira de Frades, Souto de Lafões e Sejães – José Manuel Valente Cerveira. -----

Nos termos dos art.º 78.º e 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, verificaram-se as seguintes substituições:

- José Augusto Rosa Bastos, foi substituído nesta sessão pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, Jorge Manuel Mamede Soares; -----

- Daniela do Rosário Santos Duarte, foi substituído nesta sessão pela cidadã imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, Carla Sofia Duarte Viegas; -----

- Germano Jorge Martins Rodrigues, foi substituído nesta sessão pelo cidadão imediatamente a seguir na respetiva lista, Cláudio Miguel Marques Fernandes, portador do cartão de cidadão n.º 12392209. -----

Também se registou a presença do Presidente da Câmara, João Valério, e dos Vereadores Paulo Ferreira e Carlos Pereira. -----

ABERTURA

Verificada a existência de quórum, com a presença de 22 (vinte e dois) Membros, a Presidente da Mesa deu início à sessão, eram nove horas e quarenta e cinco minutos. -----

De registar que o Presidente de Freguesia de São João da Serra, Luís Dias, entrou após a votação da proposta de alteração à ordem do dia, ficando a sessão, posteriormente, com 23 (vinte e três) presenças. -----

1- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

A **Presidente da Mesa** propôs a **ALTERAÇÃO DA ORDEM DO DIA**, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, de modo a permitir a apreciação do seguinte assunto, a acrescentar à Ordem do Dia: -----

- Proposta: Transferência de competências para as autarquias locais no domínio da Ação Social – Prorrogação do prazo de transferência. -----

Reconhecida a urgência de deliberação imediata, foi a proposta aprovada, por unanimidade, com 22 (vinte e dois) votos a favor. -----

A. APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR. -----

Atendendo a que já tinha sido enviada fotocópia da **Ata n.º 271 de 27.12.2021**, a todos os Membros da Assembleia, foi dispensada a sua leitura. -----

A **Presidente da Mesa** colocou-a à discussão e votação, tendo a referida ata sido aprovada, por unanimidade, com 23 (vinte e três) votos a favor. -----

B. CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA E INFORMAÇÕES. -----

A **Presidente da Mesa** referiu alguma correspondência tida por mais relevante e informou que a pasta da correspondência recebida se encontra à disposição dos Membros que a quiserem

**MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE FRADES****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

consultar. Para constar, transcreve-se a listagem da correspondência recebida entre 27 de dezembro de 2021 e 27 de fevereiro de 2022: -----

Remetente	Assunto
Jornal: "Voz das Misericórdias"	Publicação de novembro de 2021
Manuel Ferreira Ramos (CVEL / ANAM)	Oportunidades PT 2020 – Restabelecimento da floresta afetada por agentes bióticos e abióticos ou por acontecimentos catastróficos
CIMVDL – Comunidade Intermunicipal Visu Dão Lafões	Plano de atividades e Orçamento do exercício económico de 2022
Luís da Silva Lourenço	Pedido de NIF
ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais	Divulgação de pareceres emitidos
Jornal: "Voz das Misericórdias"	Publicação de dezembro de 2021
Manuel Ferreira Ramos (CVEL / ANAM)	Guia de Acolhimento para Migrantes
ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais	III Congresso Nacional (19 de fevereiro – Covilhã)
ATAM – Associação dos Trabalhadores da Administração Local	Formação 1.º Semestre
Câmara Municipal de Oliveira de Frades	Ata da reunião de Câmara de 22 de dezembro de 2021
Manuel Ferreira Ramos (CVEL / ANAM)	Edições / Módulos FEFAL
AEDREL – Associação de Estudos de Direito Regional e Local	Curso Breve Direito das Freguesias
Luís da Silva Lourenço	Petição: "Portugueses exigem voto eletrónico através da internet nas eleições"
ATAM – Associação dos Trabalhadores da Administração Local	Newsletter ATAM – janeiro/2022
Manuel Ferreira Ramos (CVEL / ANAM)	Linha Territórios Inteligentes / Linha Regenerar Territórios
Câmara Municipal de Oliveira de Frades	Ata da reunião de Câmara de 12 de janeiro de 2022
Manuel Ferreira Ramos (CVEL / ANAM)	Nota Técnica Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas de 2021
Manuel Ferreira Ramos (CVEL / ANAM)	Revista das Assembleias Municipais e dos Eleitos Locais RAMEL 20
Europe Direct – Região de Visu Dão Lafões	Newsletter Europe Direct – Região de Visu Dão Lafões
CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Oliveira de Frades	Envio de Relatório de Atividade da CPCJ referente ao ano de 2021
Câmara Municipal de Oliveira de Frades	Atas das reuniões de Câmara de 26 de janeiro e de 02 de fevereiro de 2022
Daniela do Rosário Santos Duarte	Justificação de falta à sessão de 28.02.2022 e pedido de substituição de acordo com o art.º 78.º, da Lei 169/99, de 18 de setembro e posteriores alterações
Conselho Municipal de Educação	Convocatória para reunião ordinária a realizar no dia 07.03.2022, às 14:30 horas
Germano Jorge Martins Rodrigues	Justificação de falta à sessão de 28.02.2022 e pedido de substituição na respetiva sessão da Assembleia
Gabinete de Educação da CMOF	Envio da ata da reunião do CME 26.06.2021
ATAM – Associação dos Trabalhadores da administração Local	Rede ATAM – Debate Jurídico – A prevenção da corrupção, no âmbito das autarquias locais
Câmara Municipal de Oliveira de Frades	Atas das reuniões de Câmara de 09 e 16 de fevereiro de 2022
Europe Direct Visu Dão Lafões	Newsletter Europe Direct

C. PERÍODO DE INTERVENÇÕES.-----

**MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE FRADES**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A **Presidente da Mesa** deu por aberto o Período de Intervenções, tendo-se verificado as seguintes inscrições: -----

O **Membro da Assembleia Mário Pereira** mencionou que o Grupo Parlamentar “*Nós Cidadãos*” proponha a aprovação da seguinte Moção, atendendo aos acontecimentos na Ucrânia, de uma natureza e gravidade inaceitável: -----

“Moção -----

A Assembleia Municipal de Oliveira de Frades, reunida no dia 28 de fevereiro de 2022, considerando a agressão de que está a ser vítima a Ucrânia, aprova uma moção de apoio ao povo ucraniano e de repúdio pela agressão levada a cabo pela Rússia. -----

Saudamos, em especial, as pessoas que vindas da Ucrânia escolheram o nosso concelho para viver e trabalhar e os seus familiares, que continuam na Ucrânia, a quem queremos expressar a nossa profunda solidariedade e dizer-lhes que, se quiserem a conseguirem vir até cá, serão bem acolhidos. -----

Independentemente de todas as dificuldades que isso nos possa causar, esta Assembleia apoia todas as sanções que possam ser adotadas pela Comunidade Europeia pois, se Putin não for contido, hoje são os ucranianos, mas amanhã seremos nós a ser atingidos. -----

Mais decide esta Assembleia, dar conhecimento desta moção à comunicação social, publicá-la no site e redes sociais do município e comunicá-la à embaixada da Ucrânia em Lisboa”. -----

O **Membro da Assembleia Abel Dias** referiu que o assunto que pretendia abordar era o mesmo, pelo que, concordando com o texto da Moção, propôs que esta fosse subscrita por todos os Membros da Assembleia Municipal e que fosse cumprido um minuto de silêncio. -----

Aceite a proposta, foi a Moção, subscrita por todos os partidos, colocada a votação e aprovada, por unanimidade, com 23 (vinte e três) votos a favor, tendo sido cumprido o minuto de silêncio. -----

O **Membro da Assembleia José Batista** questionou o ponto da situação das seguintes obras: “*Construção do Parque Urbano 2.ª fase*”, “*Loja do Cidadão*” e “*Zona de Fruição Ribeirinha da Carriça*”. -----

Questionou, ainda, qual o apoio dado às Juntas de Freguesia e se houve algumas transferências para estas, nestes primeiros meses de governação do atual Executivo. -----

O **Membro da Assembleia Fernando Farreca** abordou o assunto do PRR – Plano de Recuperação e Resiliência, considerando que se estava perante um problema, pois “*só agora começou e os compadrios já estão em cima da mesa*”. Informou da distribuição de veículos florestais, por parte da ANEPC – Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, bem como de alguns Corpos de Bombeiros que beneficiaram desta medida. Referiu que a sua preocupação é com os critérios que serviram de base à tomada desta decisão, pois, em sua opinião, há falta de equidade, referindo o número de viaturas atribuídas por distrito. Considerou que devia ser parado, imediatamente, o processo das sub-regiões, apelando ao Presidente da Câmara nesse sentido, dando exemplos de posições tomadas por outros Presidentes de Câmara. Considerou que as CIM foram criadas para promover o desenvolvimento turístico das regiões, estando-se a assistir a uma regionalização encapotada, onde o interior está desprotegido. Considerou, ainda, que o Estado Português tem que olhar para o socorro e para a proteção de outra forma e disse que, na qualidade de deputado e de elemento do Conselho Executivo da Liga



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE FRADES

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dos Bombeiros Portugueses, irá defender, intransigentemente, as populações, não sendo concebível o que se está a fazer ao interior do país. -----

Por último, apelou ao Presidente da Câmara para que lute pelos interesses dos oliveirenses e de todas as pessoas da região de Lafões. -----

O **Presidente de Câmara** respondeu às questões colocadas. Assim, no que concerne à má distribuição do PRR por todo o interior, informou que já tinha tido a oportunidade de deixar bem clara essa posição na CIMVDL. Mais informou que a CIMVDL, em conjunto com as outras Comunidades Intermunicipais do interior, irá efetuar uma exposição conjunta ao ministério da tutela, no sentido de manifestar indignação com a forma como está a ser efetuada essa distribuição. Referiu o contratualizado e considerou o montante, destinado para o interior, muito pouco. Mais referiu que, além da proteção civil, também há o serviço dos transportes públicos. Informou que, no interior, se estava a pagar um preço altíssimo pelos transportes, referindo que o Município de Oliveira de Frades paga cerca de trezentos mil euros/ano e há queixas que os transportes públicos são insuficientes. No entanto, vão milhares de euros para o litoral e não está prevista qualquer verba, do PRR, para transportes para esta região da CIMVDL, quando é necessária a adoção de medidas de modo a fixar pessoas no interior. Disse estar atento, diligenciando para que a voz de Oliveira de Frades e do interior seja ouvida, quer na CIMVDL, quer em outras instituições. Mencionou que contava, com os municípios da Região Lafões, subscrever outras posições, aos ministérios que tutelam as várias áreas em que se está a ser prejudicado, a expressar a indignação e a deixar claro que não se aceita essa discriminação. -----

No que concerne aos apoios às Juntas de Freguesia, informou que houve uma reunião com todos os Presidentes de Junta, tendo ficado acordado a atribuição de um valor, que já foi transferido para todas as Juntas de Freguesia. Disse que, ao longo do ano, se contava, caso venha a ser possível, reforçar essa verba. -----

Relativamente à Zona de Fruição Ribeirinha da Carriça, informou que a obra já foi adjudicada e outorgado o contrato, sendo o prazo de execução de 5/6 meses. -----

Informou que as obras no edifício do Palácio da Justiça estavam em execução, nomeadamente, a pintura exterior do edifício e a intervenção no jardim; a obra está a decorrer a bom ritmo, esperando-se que fique finalizada no final do próximo mês. -----

Por último, informou que a obra de “*Construção do Parque Urbano 2.ª Fase*”, estava em execução, com a construção do bar e a jardinagem do espaço; o empreiteiro aponta a sua conclusão para finais de maio. -----

O **Membro da Assembleia Mário Pereira** mencionou que já tinha tido a oportunidade de dizer na CIMVDL que nunca ouviu os Deputados do distrito, nas suas intervenções na Assembleia da República, abordarem o problema das terras, da falta de transportes públicos no interior e dos seus elevados preços, comparados com os praticados em Lisboa, sendo a “*desigualdade gritante*”. Considerou que se trata de um problema dos Deputados do *PS* e do *PSD*, cabendo aos partidos e a eles, como eleitos, essa responsabilidade. -----

2- APRECIACÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Relatório da Atividade Municipal, o qual tinha sido entregue, atempadamente, pelo que foi dispensada a sua leitura. -----

**MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE FRADES**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O **Membro da Assembleia Mário Pereira** manifestou o seu contentamento por terem terminado alguns processos judiciais, conforme consta no Relatório apresentado, tendo solicitado explicação sobre a origem do processo n.º 36/96.4TAVZL-B. -----

Mencionou que tinha terminado o processo judicial referente à empreitada de “*Requalificação do edifício da Câmara Municipal*”, esperando que as obras, finalmente, possam avançar. -----

Por último, questionou a ação e a aplicação das técnicas decorrentes da formação em fogo controlado, para prevenção de fogos no nosso Concelho, bem como o que está a ser feito no terreno, pois não tem visto nenhuma utilização. -----

Relativamente a esta última questão, o **Membro da Assembleia Fernando Farreca** fez uma breve explicação sobre a matéria. Informou que na referida formação de técnico credenciado em fogo controlado, patrocinada pelo Município, participaram o Coordenador Municipal de Proteção Civil e dois bombeiros. Informou dos Concelhos onde tem sido usada esta técnica, designadamente, em São Pedro do Sul, Tondela e Castro Daire, esclarecendo que esta é usada, sobretudo, em zonas de pastoreio. No nosso Concelho, pode ser efetuada na Serra do Caramulo. Por último, referiu que a aplicação desta técnica ajuda a minimizar grandes incêndios e a maximizar recursos. -----

O **Presidente da Câmara** manifestou concordância com o que foi mencionado e referiu que o Município deu apoio à Associação dos Bombeiros, no âmbito da referida formação, e continuará a fazê-lo. -----

De seguida, fez uma breve súmula das obras em execução e previstas, destacando as seguintes:-----

- Intervenção no edifício dos Paços do Município, referindo que, inicialmente, a ideia deste Executivo era efetuar uma intervenção ao nível da cave e rés-do-chão; entretanto, optou-se por fazer, também, uma intervenção no primeiro andar e no sótão; o projeto está fechado, faltando as especialidades (contratualizadas, aguardando-se a sua entrega); -----

- Reinício da “*Empreitada para transformação da linha do Vouga em Ecopista do Vouga*”, tendo-se chegado a acordo com o empreiteiro no que se refere aos trabalhos a mais, pelo que foi necessário dotar a rubrica, com o valor em causa; referiu que o piso em gravo-cimento foi escolhido pela CIMVDL, não sendo o ideal é o possível, pois um piso em asfalto seria incomportável, devido ao custo associado; prevê-se que a obra esteja concluída no verão; informou de situações imprevistas, nomeadamente a queda de taludes e referiu a reposição do talude em Arcozelo das Maias (Quinta dos Caibrais), efetuada por administração direta, o que permitiu à Autarquia poupar dinheiro e possibilitou o seguimento da obra; -----

- Intervenção no jardim, parque infantil e polidesportivo por trás do Palácio da Justiça, bem como, no circuito de manutenção e no parque de merendas da Quinta dos Torneiros;-----

- Intervenção nos balneários das Piscinas Municipais, realçando a importância desta medida. No entanto, apesar do investimento avultado, nos últimos quatro anos, continua por resolver o problema do aquecimento da água. Assim, informou das medidas adotadas, que se prendem com a garantia; -----

- Pavimentação de vias, em execução, nas Freguesias, nomeadamente, de arruamento na zona do Parque Urbano, requalificação da via da Zona Industrial – Reigoso - A25 e pavimentação do Caminho do Gradal, em Ribeiradio; -----

- Limpeza da faixa de gestão de combustível da Zona Industrial. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE FRADES

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

No que se refere à questão colocada sobre o processo judicial, disse que o mesmo dizia respeito a uma execução; o que havia para trás, aconteceu na década de 80/90 e essa sentença já tinha transitado em julgado. Acrescentou que, havia um montante que teria de ser restituído ao Estado, solidariamente e, como tal não aconteceu, este avançou com uma ação contra todos os intervenientes; este apenso diz respeito, apenas, a essa parte executiva e ao montante que a Câmara tem vindo a liquidar, mensalmente, desde há uns anos a esta parte. Relativamente ao processo do edifício, estes eram dois, tendo ambos chegado ao fim. -----

3- NOMEAÇÃO DE AUDITOR EXTERNO.-----

O Órgão Executivo, na sua reunião ordinária, realizada no dia 26.01.2022, propôs à Assembleia Municipal a nomeação de auditor externo (responsável pela certificação legal de contas) a seguinte Sociedade de Revisores de Contas: “*Palm – Pereira, Almeida, Linhares, Monteiro & Associados, Sroc, Lda.*” -----

O **Membro da Assembleia Abel Dias** referiu que esta entidade presta serviço há vários anos para o Município, pelo que questionou se os serviços estavam satisfeitos com o trabalho prestado. -----

O **Presidente da Câmara** mencionou que a Câmara Municipal propõe esta nomeação, porque está satisfeita com o serviço prestado. Informou das reuniões havidas e do facto de esta sociedade estar a prestar, também, apoio à gestão do armazém. -----

O **Chefe de Divisão, Ismail Carvalho**, informou que a sociedade de revisores em causa tem vindo a trabalhar com o Município há doze anos e não há nada a apontar. Acrescentou que, tecnicamente, o trabalho é bem feito e, logicamente, estão a fazê-lo de uma forma independente; as contas validadas pelo revisor têm-no sido, também, pela Direção das Autarquia Locais e pelo Tribunal de Contas. Mais informou do lançamento do concurso para o efeito, tendo esta sociedade apresentado o preço mais competitivo. -----

O **Membro da Assembleia Mário Pereira** questionou se havia alguma regra que impossibilitava as Autarquias ter o mesmo auditor mais de dez anos, tendo o **Chefe de Divisão, Ismail Carvalho**, respondido negativamente. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 23 (vinte e três) votos a favor, nomear auditor externo (responsável pela certificação legal de contas) a seguinte Sociedade de Revisores de Contas: “*Palm – Pereira, Almeida, Linhares, Monteiro & Associados, Sroc, Lda.*”.

4- 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO 2022.-----

O Executivo Municipal aprovou a 1.ª Revisão ao Orçamento 2022, na sua reunião extraordinária, realizada no dia 02.02.2022. -----

A **Presidente da Mesa** propôs que este ponto fosse apresentado e debatido em simultâneo com o ponto seguinte – 1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano 2022-2025, sendo as respetivas votações efetuadas em separado, tendo a proposta sido aceite. -----

O **Presidente da Câmara** passou a palavra ao **Chefe de Divisão, Ismail Carvalho**, para que este fizesse uma breve explicação sobre a revisão em causa. Assim, ele informou que esta visou integrar o saldo orçamental do ano anterior; referiu que trezentos e vinte e quatro mil euros são verba consignada, pelo que foi alocada à rubrica respetiva - Reabilitação do Cineteatro Dr. Morgado. Informou das rubricas reforçadas, bem como do reforço a projetos que foram reinscritos e/ou acrescidos valores. Mais referiu as rubricas agora dotadas, cujas obras se

**MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE FRADES**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

encontravam sem verba definida e que passaram para verbas definidas. Mais acrescentou que esta alteração, também, permitiu a atualização do salário mínimo nacional. -----

O **Presidente da Câmara** começou por informar que, no dia em que se realizou a última sessão da Assembleia, foi rececionado o contrato relativo à obra de “*Reabilitação do Cineteatro Dr. Morgado*”, no valor de trezentos e sessenta mil euros, tendo já sido rececionado parte do valor; está a ser efetuada a revisão do projeto, sendo este do tempo do Dr. Luís Vasconcelos; quando feita irá a visto de Tribunal de Contas o procedimento concursal, esperando-se que em setembro/outubro esteja em condições de avançar com a obra, sendo esta demorada porque é uma reabilitação integral de todo o edifício, interior e exterior. -----

Informou que, juntamente com o Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, foi à CCDRC, tendo-se conseguido, para a obra de “*Construção do Parque Urbano 2.ª fase*”, esgotar o fundo máximo previsto, ou seja, havia um conjunto de obras que estavam como não ilegíveis e que se conseguiu passar para legíveis, sendo o apoio em cerca de oitenta mil euros. -----

Explicou o facto de que se estava entre dois quadros comunitários, o referente ao programa Portugal 2020, que já fechou, e o programa Portugal 2030, que poderá só abrir em outubro/novembro deste ano. -----

No que concerne à revisão, mencionou que as obras já constavam no Orçamento aprovado, estando-se a cumprir o formalismo de passar a definido os montantes que permitem a sua execução. Referiu que as obras a executar nas Freguesias foram conversadas com os respetivos Presidentes de Junta e espera-se executar todas este ano. Mais mencionou que se poderia ter alguns constrangimentos, devido ao aumento dos custos da energia elétrica (esta disparou para o triplo/quadruplo, nalguns casos) e à consequente reflexão no Orçamento, podendo ser necessário suspender alguma obra. Deu o exemplo da fatura da eletricidade da ETA que rondava os 2/3 mil euros e passou para 7/8 mil euros/mês. -----

Por último, referiu que estas são as prioridades para o ano corrente, em que se pretende terminar as obras que se arrastam há vários anos e lançar algumas de futuro; é um ano de transição, com muitas obras no terreno, o que implica um grande esforço dos técnicos, do Executivo e dos Presidentes de Junta. -----

O **Membro da Assembleia Anabela Dias** solicitou informação sobre a rubrica de creches que consta no Orçamento, tendo o **Chefe de Divisão, Ismail Carvalho**, explicado que a requalificação dos jardins de infância, em termos orçamentais, tem uma classificação que tem a ver com orçamento e não com a ação em si (em plano); esta visa algumas intervenções nos jardins de infância. -----

O **Presidente da Câmara** informou que, em parceria com o Presidente de Junta, estava-se a diligenciar no sentido de estudar a viabilidade em abrir uma creche em Arcozelo das Maias, em parceria com a Misericórdia, no âmbito de uma candidatura. -----

O **Membro da Assembleia Abel Dias** solicitou que fosse explicada a utilização do saldo de gerência por setor, de modo a permitir ter uma ideia de quanto foi reforçado em cada área. -----

No que concerne às despesas suportadas pelo Município, relativas a transportes públicos, propôs a realização de uma sessão da Assembleia Municipal extraordinária, com os dados todos sobre este assunto, para debate da matéria e para perceber a margem de manobra existente. Considerou que se tem que fazer algo, pois os custos com o serviço de transportes públicos são elevados e não se está satisfeito com o serviço. Por último, referiu que a sua preocupação aumentou, pois julgava que o valor referido incluía o transporte escolar. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE FRADES

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O **Presidente da Câmara** informou que as carreiras intermunicipais são da competência da CIMVDL. Mencionou que houve uma delegação de competências do Município na CIMVL, relativamente às carreias municipais, limitando-se a Autarquia a pagar a fatura, ainda, que negociando algumas das linhas. Informou das diligências havidas, no sentido de ver o que se poderá fazer e da possibilidade de serem os Municípios a assegurar as carreias com meios próprios. Para o efeito, será necessário estudar o assunto, podendo haver necessidade de entregar este estudo a quem perceba da matéria. Nesta fase, está-se a cumprir o acordado com a CIMVDL, conforme contratos em vigor. Acrescentou que os valores irão disparar, devido ao aumento do gasóleo, o que se reflete nas compensações. -----

O **Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, Ismail Carvalho**, explicou a revisão, referindo o reforço de dotação, por funções gerais, sociais e económicas, bem como comércio, turismo e outras funções, sendo esta última relativa à inclusão de verba a transferir para a CIMVDL no âmbito de trabalhos a mais relativos à “*Empreitada para transformação da linha do Vouga em Ecopista do Vouga*”. Mais informou que, tinha sido, ainda, reforçada a rubrica relativa às despesas com o pessoal. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 23 (vinte e três) votos a favor, aprovar a 1.ª Revisão ao Orçamento 2022. -----

5- 1.ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2022-2025. -----

O Executivo Municipal aprovou a 1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano 2022-2025, na sua reunião extraordinária, realizada no dia 02.02.2022. -----

Este ponto e o anterior - 1.ª Revisão ao Orçamento 2022 – foram debatidos em conjunto, tendo a deliberação sido efetuada em separado. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 23 (vinte e três) votos a favor, aprovar a 1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano 2022-2025. -----

Verificou-se uma pausa, de cerca de dez minutos, acordada por todos os presentes, tendo os trabalhos sido retomados às onze horas e trinta minutos. -----

6- EMPRÉSTIMO BANCÁRIO A MÉDIO E LONGO PRAZO: -----

- AUTORIZAÇÃO DA FINALIDADE; -----

- AUTORIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO. -----

O Órgão Executivo, na sua reunião extraordinária, realizada no dia 16.02.2022, deliberou, por unanimidade, concordar com o parecer técnico, bem como, entregar a contratação do empréstimo a médio e longo prazo ao Banco BPI. Deliberou, ainda, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º e alínea f) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, submeter à Assembleia Municipal a autorização para a referida contratação de empréstimo a médio e longo prazo. -----

A pedido do Presidente da Câmara, o **Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, Ismail Carvalho**, fez uma breve explicação sobre este empréstimo, realçando o prazo de utilização; a ideia do Executivo de não voltar a contratar, no próximo ano, outro empréstimo; no entanto, mesmo que haja necessidade, está em crer que haverá capacidade de endividamento,

**MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE FRADES**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pois a execução de obras leva o seu tempo e, conseqüentemente, o empréstimo não será utilizado todo de uma vez. Referiu que há obras, incluídas na finalidade deste empréstimo, que o Executivo optou por dar seguimento e para as quais se irá tentar aceder a financiamento comunitário; se tal, se concretizar permitirá amortizar o parcialmente o valor utilizado do empréstimo. Explicou a alteração do saldo de endividamento provisório. -----

Referiu o grande problema relativo à crise energética, o facto de o Município, neste momento, não ter contrato com a *EDP*, sendo o mercado liberalizado incomportável. Referiu que se iria voltar ao mercado regulado, centrando-se a questão na forma como se vai gerir este impacto. -----

O **Presidente da Câmara** mencionou que algumas obras estão inscritas na revisão orçamental e outras, também, consideradas essenciais, encontram-se no empréstimo, por falta de recursos próprios. Constatou que se estava a contratar este empréstimo, mas, também, durante o ano pagam-se empréstimos contraídos, em anos transatos. Justificou a necessidade desta operação, com o corte de cerca de 11% no Orçamento da Câmara, passando o Executivo a ter menos meios próprios para dar resposta às necessidades. Disse que se pretende que, parte destes investimentos, possam ser compensados com fundos comunitários (rede de esgotos/ciclo da água), informando das reuniões na CCDRC, neste âmbito. Acrescentou que, se irá tentar candidatar a obra de “*Requalificação do edifício dos Paços do Município*”, no âmbito da eficiência energética. -----

O **Membro da Assembleia Mário Pereira** mencionou que estava convicto que o *PSD* iria votar contra o empréstimo, sossegando o Presidente da Câmara, pois o Grupo Parlamentar do *Nós, Cidadãos* votaria a favor. Disse que não fazia sentido que o *PSD* aprovasse agora um empréstimo, que é quase o dobro do que chumbou há um ano atrás e que se destina a executar algumas das obras que se encontravam entre as finalidades previstas nesse empréstimo. Disse que os argumentos, que durante os últimos quatro anos ouviu sobre o endividamento da Câmara, se mantêm, pelo que gostaria de ouvir o Presidente da Comissão Política do *PSD* explicar os méritos deste empréstimo e o que o chumbado, no ano passado, não tinha. Mais disse que esperava ouvir os Presidentes de Junta explicar a falta de equidade, pois algumas Freguesias não são contempladas com verbas, neste empréstimo. Acrescentou que, as obras são necessárias para melhorar a qualidade de vida das pessoas, mas esta, também, “*melhorará ser conseguirmos ser coerentes nas nossas posições, ao longo dos tempos*”. Disse esperar que as opções tenham tido em conta as propostas das Juntas de Freguesia. Considerou o montante arriscado, face à capacidade de endividamento, pois limitará futuras possibilidades, tais como a aquisição de terrenos na Zona Industrial ou alguma necessidade imprevista. Igualmente, disse ter dúvidas que a Câmara consiga realizar, ou mesmo iniciar, todas as obras previstas este ano, sendo provável que daqui a um ano ainda haja dinheiro disponível no empréstimo e obras por concluir, no âmbito deste. Por último, deixou votos e esperança que o Executivo seja bem-sucedido na concretização da finalidade deste empréstimo. -----

O **Membro da Assembleia José Batista** mencionou que o Grupo Parlamentar do *PSD* está a trabalhar em prol do Concelho, não tendo que responder a nenhum Grupo Parlamentar. Disse que gostaria de frisar e ressaltar os seguintes pontos: todos os Vereadores aprovaram este empréstimo; o Executivo prescindiu de um outro empréstimo já aprovado; o Executivo solicita um milhão e trezentos mil euros no início do seu mandato e não no final do mandato; este empréstimo tem incluídas obras que merecem consideração, designadamente, a rede de esgotos



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE FRADES

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de Cajadães (iniciada no final do mandato do anterior Executivo), a requalificação do edifício dos Paços do Concelho e a requalificação urbana do eixo principal da Vila (obra que teve apoio aprovado, mas que foi perdido porque o Executivo não iniciou a obra, não obstante o PSD ter alertado para o facto de que dada a dimensão do Concelho, este não tem capacidade para executar obras estruturantes sem apoios, tendo, para o efeito, de as candidatar e obter financiamento para as mesmas). -----

Mencionou que o PSD deixou, sempre, passar os empréstimos e nunca quis chumbar nenhum. No entanto, o anterior Executivo, a poucos meses de eleições, apresentou a esta Assembleia Municipal um pedido de empréstimo. Nessa altura, o que o PSD lhe disse foi que o aprovava, se retirasse a construção de dois campos de padel e se redistribuísse esse valor pelas Freguesias; a proposta não foi aceite e o PSD chumbou esse pedido de empréstimo.-----

Por último, referiu que o tempo lhe veio dar razão, pois o anterior Executivo nem as obras que se tinha proposto executar conseguiu terminar, pelo que não necessitava do referido empréstimo. -----

No que concerne à intervenção do Membro da Assembleia Mário Pereira, o **Presidente da Câmara** mencionou que “*se chumbou ou não, houve um ato eleitoral*”. Manifestou o seu contentamento pelo facto do *Nós, Cidadãos* subscrever a proposta apresentada. A nível de obras, confirmou que as mesmas foram conversadas com os Presidentes de Junta. Acrescentou que, nem todas as Freguesias estavam presentes neste empréstimo, com uma obra contemplada, mas a avaliação se foi ou não equitativo terá de ser feita no final de quatro anos e não no fim de quatro meses. No que concerne ao facto deste pedido de empréstimo ser demasiado arriscado, disse que o Técnico não entendia assim, pois este montante deixa margem de endividamento e não se irá utilizar este empréstimo “*à cabeça*”. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 23 (vinte e três) votos a favor, autorizar a contratação do empréstimo bancário a médio e longo e a respetiva finalidade, que a seguir se transcreve: -----

- ❖ Rede de Esgotos de Cajadães e Rep. da Estrada de Cajadães - 255 000 € (Duzentos e Cinquenta e Cinco Mil Euros);-----
- ❖ Rep. CM 1270 Estrada de Virela - 150 000 € (Cento e Cinquenta Mil Euros);-----
- ❖ Pavimentação da Rua de Espindelo - 45 000 € (Quarenta e Cinco Mil Euros); -----
- ❖ Eficiência Energética no Edifício Paços de Concelho - 600 000 € (Seiscentos Mil Euros); -----
- ❖ Pav. da Rua das Cerejinhas e Rua das Carvalhas - 50 000 € (Cinquenta Mil Euros); ---
- ❖ Req. Urbana do Eixo Principal da Vila (Rua da Misericórdia, Av. António José de Almeida e Rua Dr. José Tojal) - 100 000 € (Cem Mil Euros); -----
- ❖ Rep. Estrada EN16/Souto de Latões/Ponte de Sons/EN16 - 117 000 € (Cento e Dezassete Mil Euros). -----

7- DESPACHO DE NOMEAÇÃO DE DOIS CONSELHEIROS LOCAIS PARA A IGUALDADE - CONHECIMENTO. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do despacho do Presidente da Câmara a proceder à nomeação da Vereadora Elisa Margarida Ferraz Ferreira de Oliveira, para Conselheira Interna para a Igualdade, e à nomeação do Luís Filipe Almeida Ramos, para Conselheiro Externo para a Igualdade, presente à reunião de Câmara de 16.02.2022. -----

**MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE FRADES****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

O **Membro da Assembleia Cristina Correia** questionou o objetivo do Plano Municipal para a Igualdade e da Equipa para a Igualdade. -----

O **Presidente de Câmara** informou que a Câmara está a dar cumprimento à lei, pressupondo que o objetivo é criar uma Equipa que faça uma avaliação, esperando que esta seja frutífera e que desta seja possível retirar conclusões e efetuar relatórios que ajudem a identificar no terreno as maiores dificuldades.-----

Informou do Gabinete das Comunidades, projeto da iniciativa da *ASSOL* em parceria com o Município, que pretende ter um técnico no terreno, que avalie as comunidades, as suas condições de vida e as ajude a criar laços com a nossa comunidade local, bem como que colabore na procura de emprego e lhes possibilite aulas de português. -----

O **Membro da Assembleia Cristina Correia** questionou se a Assembleia Municipal terá conhecimento do resultado desse trabalho local de igualdade e discriminação e de como vai ser aplicado, tendo o **Presidente da Câmara** informado que o Órgão terá sempre conhecimento, não só destas Comissões como de qualquer relatório, só terá de o requerer. No entanto, comprometeu-se a dar conhecimento de qualquer relatório que haja.-----

8- DESPACHO DE NOMEAÇÃO DE ELEMENTOS PARA INTEGRAR A EQUIPA PARA A IGUALDADE NA VIDA LOCAL - CONHECIMENTO.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do despacho do Presidente da Câmara a proceder à nomeação dos elementos que integram a Equipa para a Igualdade na Vida Local: Vereadora com o Pelouro de Igualdade e Cidadania e Conselheira Interna para a Igualdade, Elisa Ferraz de Oliveira; Conselheiro externo para a Igualdade, Filipe Ramos; Técnica de Ação Social e Inclusão, Carla Carvalho; Técnica da Educação, Susana Escada; Chefe de Divisão da Unidade Flexível de 2.º grau - Administrativa e Financeira, Ismail Carvalho; Chefe de Divisão da Unidade Flexível de 2.º grau - Planeamento, Urbanismo e Ambiente, José Paulo Loureiro; Coordenador Técnico da Subunidade Orgânica Administrativa, Carlos Pinto; Coordenador Municipal de Proteção Civil, Márcio Pereira; Representante de ONG com intervenção nos domínios da Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação, Tiago Caio, Técnico da EAPN Portugal/Rede Europeia Anti-Pobreza.-----

Este despacho foi presente à reunião de Câmara de 16.02.2022.-----

9- PROPOSTA: TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS NO DOMÍNIO DA AÇÃO SOCIAL - PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE TRANSFERÊNCIA-----

O Órgão Executivo, na sua reunião ordinária, realizada no dia 23.02.2022, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 2 do Decreto-Lei n.º 23/2022, de 14 de fevereiro, que alterou e conferiu nova redação ao artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, deliberou, por unanimidade, aprovar e submeter, para aprovação, à Assembleia Municipal, a prorrogação do prazo, até 1 de janeiro de 2023, para a concretização da transferência de competências no domínio da ação social. -----

O **Presidente da Câmara** fez uma breve explicação sobre o assunto. Informou da legislação que permite esta prorrogação do prazo de aceitação desta competência, referindo os motivos da proposta apresentada, designadamente o facto de os Municípios vizinhos pretenderem adiar esta aceitação; o protocolo entre os Municípios e a Segurança Social, no

**MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE FRADES**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

âmbito da equipa da RSI e a própria equipa. Esta prorrogação permite preparar, até ao final do ano, esta aceitação, que implica a necessidade de ter um local de atendimento social, com horário e um técnico. -----

O **Senhor Vereador Abel Dias** mencionou estar solidário com o Presidente da Câmara e considerou que em teoria esta proximidade é positiva, sendo necessário que esta venha acompanhada da respetiva contrapartida financeira. O adiamento permite ao Município, organizar melhor, saber o que está em causa, bem como os recursos existentes, sobretudo numa área sensível como a da ação social. -----

De seguida, questionou sobre a situação da transferência de competências das áreas da educação e da saúde. -----

O **Presidente da Câmara** referiu que muitos Municípios não vão aceitar esta competência na área social. No que concerne ao envelope financeiro, disse que se ficava com 1/3 do montante que vinha sendo aplicado no nosso território, tendo que se dar resposta às mesmas pessoas; será necessário preparar um espaço próprio, não estando previsto nenhum apoio financeiro para o efeito; terá que se afetar uma viatura, computador, gastos inerentes a um ponto de atendimento, sendo que todas estas despesas terão de sair do orçamento geral do Município.

Mais informou que tem havido reuniões, mas não há negociação de valores; estas são de carácter técnico, nomeadamente, como se vai fazer a transferência de processos. -----

No que se refere à área da educação, informou das reuniões com a Senhora Diretora Regional da Educação, a quem já expressou que discorda profundamente da forma como estão a ser conduzidos estes processos de descentralização de competências, não só por uma questão monetária, mas por serem processos que foram conduzidos à revelia dos concelhos e que tratam os municípios todos por igual. -----

Informou que o Chefe de Divisão Administrativa e Financeira está a liderar a questão técnica, pois todos os funcionários do Agrupamento de Escolas irão passar para o Município, bem como os contratos de aquisição. Referiu que o envelope financeiro não chega para as despesas, pois os números apresentados reportam ao ano de 2018, tendo que a diferença ser suportada pelo orçamento geral do Município. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 23 (vinte três) votos a favor, prorrogar o prazo, até 1 de janeiro de 2023, para a concretização da transferência de competências no domínio da ação social, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 2 do Decreto-Lei n.º 23/2022, de 14 de fevereiro, que alterou e conferiu nova redação ao artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, a devendo a deliberação da Assembleia Municipal sobre a presente proposta ser comunicada à Direção-Geral das Autarquias Locais. -----

10- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.-----

Não se verificaram intervenções.-----

MINUTA

Todos os pontos foram aprovados em minuta, para produção de efeitos imediatos, tendo a Minuta sido lida e aprovada, por unanimidade, com 23 (vinte e três) votos a favor. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE FRADES

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, foi esta sessão encerrada, pela Presidente da Mesa, eram doze horas e trinta minutos. -----

Para constar, lavrou-se a presente ata, que irá ser lida, discutida, votada e assinada pelos Membros da Mesa.-----

A Presidente da Mesa, _____
(Fernanda Maria de Jesus Lopes Baltazar Costa)

A Secretária, _____
(Elvira Maria Azevedo Baptista Dias)

O Secretário, _____
(Jorge Manuel Mamede Soares)